

CREDIBILIDADE DE NARRATIVAS ORAIS EM SITUAÇÃO SOCIAL¹

Alice da Silva Moreira
Universidade Federal do Pará

RESUMO - Voluntários foram recrutados em dois grupos para narrar três episódios de sua própria escolha, com o propósito deliberado de enganar a audiência. Um dos grupos consistiu de 13 sujeitos pouco familiarizados entre si; o outro grupo consistiu de 13 sujeitos com intensa convivência anterior. A narração dos episódios foi gravada para transcrição posterior. Imediatamente após escutar cada episódio, os membros da audiência escreviam seu julgamento sobre a veracidade ou falsidade do episódio e suas razões para este julgamento. O conteúdo dos episódios, os julgamentos e razões da audiência, e variáveis contextuais foram analisados. Os resultados demonstraram uma correlação entre os julgamentos da audiência e o conhecimento anterior dos narradores. A plausibilidade do conteúdo foi a razão mais frequentemente citada para julgar um episódio como falso ou verdadeiro. Os resultados são discutidos em relação à evolução histórica das bases sociais para o julgamento da verdade e da mentira.

Palavras-chave: relatos orais, credibilidade, mentira.

MISLEADING THE GROUP: AN INVESTIGATION OF THE CREDIBILITY OF ORAL NARRATIVES IN SOCIAL SETTINGS

ABSTRACT - Volunteers were recruited from each two groups to tell the group three stories of their own choosing, and to do so in a purposely misleading way. One group consisted of 13 individuals who were

¹ Esta pesquisa foi desenvolvida como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre no Curso de Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento na Universidade Federal do Pará. Gostaria de agradecer ao Dr. Olavo Galvão (UFPa) pelas suas enriquecedoras críticas e sugestões durante todas as etapas da realização deste trabalho. Gostaria de agradecer também ao Prof. J. M. Alves (UFPa) pelo empréstimo de material bibliográfico, ao Prof. R. J. Wanghan (UFPa) pela revisão e à Dra. Gina Green (Eunice Schriver Center, USA) pelo auxílio prestado na elaboração do *abstract*.

Endereço: Trav. Canpunas, 3486 - apt. 1301 - Guama - CEP: 66000 - Belém, PA.

acquainted slightly; the other group consisted of 13 individuals who were well-acquainted. All stories were audiotaped for later transcription. Immediately after they heard each story, members of the audience wrote their judgment as to whether the story was true or false, and the reasons for their judgment. The contents of the stories, audience judgments and reasons, and contextual variables were analyzed. Results appeared to be related to audience members' pre-experimental perceptions of the story-tellers. Plausibility of the story was the reason cited most often for judging a story true or false. These results are discussed in relation to the evolution of social bases for judgments of truth and falsehood from ancient times to the present.

Key-words: verbal reports, credibility, deceit.

O comportamento de mentir está inegavelmente presente em quase todas as situações da vida cotidiana e adquire uma significação especial em determinadas áreas das relações humanas, como a política, a diplomacia, a criminologia, a espionagem, a psiquiatria, a psicologia. A necessidade de detectar, de modo seguro, quando uma pessoa está mentindo, tem levado ao desenvolvimento de sofisticados aparatos tecnológicos (Ekman, 1985) e ao treinamento de especialistas (Ekman, 1985; Donzelot, 1980).

O problema da credibilidade atribuída ao discurso de alguém pode ser resolvido de maneira inteiramente diversa em culturas diferentes, como é o caso dos andoque, cerca de cento e cinquenta indivíduos sobreviventes de uma antiga nação colombiana. Um estudo lingüístico evidenciou que em todos os enunciados da língua andoque se fazem presentes *assertivos*, cujos significados

se articulan en una estructura conceptual referente al tratamiento de la verdad, a la credibilidad del enunciado, a la categorización del tiempo (Landaburu, 1976, p.81).

Foucault (1979) defende que os modelos de verdade vigentes em todos os domínios da vida na sociedade ocidental moderna (política, ciência, comportamento cotidiano, etc..) estão baseados no procedimento do inquérito, que teve sua origem nas práticas judiciárias da antiguidade grega, mais precisamente no século V a.C. O inquérito consiste em uma forma de comprovar a verdade através de testemunhos e da verificação empírica dos fatos e substituiu historicamente os antigos procedimentos baseados em provas sociais (de prestígio), físicas (ordálio) ou verbais (fórmulas discursivas proferidas sem hesitação).

O século V ateniense corresponde também ao início do uso literário da escrita em substituição às narrativas orais (epopéias), onde a ficção e a realidade eram totalmente interligadas (Scholles e Kellogg, 1977; Olson, 1977; Benjamin, 1977; Zilberman e Silva, 1988). O uso da escrita criou o sentido literal, forçando a separação dos gêneros literários em empírico e ficcional, ao gerar maneiras racionais, céticas e empíricas de pensar (Scholles e Kellogg, 1977).

Embora algumas críticas sejam feitas alertando contra o risco etnocentrista da supervalorização da escrita (Marcuschi, 1988 e Soares, 1988), existe concordância quanto ao fato de que as duas formas de comunicação diferem quanto aos princípios gerais que as norteiam. Segundo Olson um destes princípios é a concepção de verdade, que no discurso escrito é dada pela estrutura formal, ou seja, pela coerência en-

tre premissas e conclusões e no discurso oral pela plausibilidade do conteúdo em termos do senso comum (ver também Berger e Luckman, 1976).

A mentira foi definida por Ekman como

a deliberate choice to mislead a target without giving any notification to do so. (Ekman, 1985, p. 41).

O caráter deliberado da mentira, salientado por esta definição, permite traçar uma linha diferencial entre os estudos referentes à credibilidade e os que discutem questões em torno da confiabilidade do relato verbal como dado científico, como a possibilidade de acesso introspectivo e comunicação de eventos privados (Nisbett e Wilson, 1977; Smith e Miller, 1978; White, 1978; Erickson e Simon, 1980; Engelmann, 1985; Tunes, 1981; 1984; Simão, 1988; Queiroz, 1988).

Em situações cotidianas, fatores de ordem diversa podem contribuir para o sucesso de uma mentira, como por exemplo, a existência de um interesse compartilhado entre o mentiroso e o enganado gerando cumplicidade em sustentar a situação fraudulenta; ou para o seu fracasso, como a interferência acidental de testemunhas, documentos ou mesmo ocorrências provenientes do próprio comportamento da pessoa ao mentir (Ekman, 1985).

Segundo Ekman, as pessoas podem mentir sobre ações, pensamentos, emoções, fantasias, planos ou intenções. Entretanto qualquer que seja o conteúdo, em toda a mentira estariam presentes dois aspectos: o primeiro relaciona-se ao pensamento, envolvendo a construção e a memorização de uma linha de discurso coerente com o conteúdo da mentira e o segundo diz respeito às emoções compatíveis com este conteúdo, envolvendo a fabricação das emoções adequadas e o cancelamento das inadequadas, como o medo de ser descoberto, a culpa pelo ato de mentir ou o prazer de enganar outra pessoa.

No ato de mentir os sujeitos usualmente cometem falhas produzindo pistas que podem ser observadas em seu comportamento, através de quatro canais: as palavras, o corpo, a voz e a face.

As palavras (aspecto semântico) veiculam pistas mais ligadas ao pensamento, tendo portanto um caráter voluntário. Representam o canal de observação mais privilegiado pelo treinamento cultural, recebendo a maior atenção tanto por parte da pessoa que mente quanto da pessoa que a observa. Contudo tem uma baixa confiabilidade para indicar fraudes devido às diferenças individuais do modo de expressão oral.

O corpo, a voz e a face podem denunciar pistas mais relacionadas às emoções. Os movimentos corporais têm, como as palavras, caráter voluntário por não estarem diretamente relacionados às áreas cerebrais envolvidas nas emoções. A falta de treinamento cultural para observar e controlar o próprio corpo, porém, faz com que este forneça pistas que podem ser altamente confiáveis, como os *emblemas*, mais ou menos confiáveis, como os *ilustradores* ou pouco confiáveis, como os *manipuladores* (Ekman, 1985, pp. 98 a 114).

Segundo Ekman (1985) a face produz pistas ao mesmo tempo precisas e ambíguas. As expressões faciais participam de um sistema dual de conexão nervosa, podendo veicular simultaneamente duas mensagens opostas, uma voluntária (Sistema Nervoso Piramidal) e outra involuntária (Sistema Nervoso Não Piramidal), fazendo com que uma expressão falsa apareça com intensidades diferentes nos dois lados da face (assimetria). Outras pistas podem ser dadas pela localização da mus-

culatura envolvida, que revela o conteúdo específico da emoção e pelo *timing* (tempo de aparecimento, permanência e desvanecimento) que é variável para cada emoção e para situações específicas. Embora estas pistas sejam altamente confiáveis, elas exigem treinamento especial para serem detectadas por um observador.

Alguns trabalhos têm sido desenvolvidos em situação controlada de laboratório buscando elucidar questões referentes à possibilidade de detectar pistas confiáveis a partir do comportamento do mentiroso e à habilidade que sujeitos não treinados teriam para fazer isto (Ekman, 1985; 1988; Streeter, Krauss, Geller, Olson e Apple, 1977; Zuckerman, De Frank, Hall, Larrance e Rosenthal, 1979).

Em termos gerais, o mesmo tipo de procedimento foi seguido nos três experimentos citados acima, consistindo basicamente em dois momentos. No primeiro momento eram realizadas filmagens e/ou gravações dos sujeitos mentindo e falando a verdade, de acordo com a situação previamente determinada pelo experimentador e os sujeitos dispunham de um tempo mínimo para preparar e memorizar sua linha de discurso. No experimento de Ekman o conteúdo abordado eram emoções aversivas intensas e nos outros dois estudos, opiniões pessoais sobre temas de domínio público.

Num segundo momento os vídeos e gravações produzidos eram apresentados a juízes que deveriam preencher escalas ou questionários avaliativos quanto à credibilidade do material observado. O estudo de Ekman (1988) explorou separadamente os quatro canais: o corpo, a face, as palavras e a voz; o de Zuckerman e col. (1979) explorou a expressão facial e a voz, esta com e sem informação semântica disponível; e o de Streeter e col. (1977) visou apenas o tom da voz, com e sem informação semântica disponível. Em todos os estudos os juízes não haviam tido qualquer contato anterior com os sujeitos avaliados.

Em que pesem algumas variações observadas em aspectos específicos dos objetivos e procedimentos utilizados, nos três experimentos foram encontrados resultados similares quanto a questões relevantes, como a existência de diferenças individuais significativas na habilidade dos sujeitos para mentir: alguns revelaram uma competência muito superior à dos demais para mascarar pistas. Um exame mais cuidadoso, realizado *a posteriori* por Ekman, revelou que a habilidade não poderia ser relacionada a diferenças de Q.I. ou traços de personalidade, medidos por testes objetivos. Os *mentirosos naturais* diferiam dos malsucedidos apenas com relação à reputação que possuíam, entre amigos e familiares, de serem pessoas que sempre haviam tido muita facilidade para enganar os outros.

Com relação aos juízes, os estados indicaram, independentemente do canal de observação utilizado, uma baixa precisão para detectar a mentira atribuída em alguns casos ao uso de pistas inadequadas. O estudo de Streeter e col. (1977) revelou, além disso, que nas situações em que a informação semântica estava disponível ela foi usada preferencialmente ao tom da voz.

Revedo alguns resultados alcançados na área dos estudos sobre a mentira a partir de situações de laboratório, Ekman (1988) sugeriu a necessidade de pesquisas realizadas em situação natural. Estas pesquisas deveriam respeitar algumas orientações básicas, que foram sistematizadas em publicação anterior (Ekman, 1985):

- a) tornar explícita a base de julgamento utilizada pelos juízes para conferir ou não credibilidade;

- b) compreender a natureza dos erros cometidos, diferenciando entre acreditar na mentira e desacreditar da verdade;
- c) explorar a questão do conhecimento prévio do comportamento dos sujeitos avaliados por parte dos juízes;
- d) explorar possíveis preconceitos por parte dos juízes em relação aos sujeitos avaliados;
- e) considerar a possibilidade dos sinais de emoção serem provenientes de riscos envolvidos na situação da mentira.

Este trabalho pretende seguir algumas das orientações acima, explorando as bases de julgamento utilizadas por juízes para conferir credibilidade ou não ao discurso oral de sujeitos narrando episódios falsos e verdadeiros referentes à sua história de vida. A situação escolhida para minimizar as emoções provenientes do risco de ser descoberta a mentira foi a aplicação da técnica de dinâmica de grupo *Enganando o grupo* (Fritzen, 1985, p. 32), onde o mentir assume as características de um jogo, o que ocorreu como parte de um treinamento em Dinâmica de Grupo, com duração de quinze horas, sendo a primeira de um conjunto de técnicas utilizadas (ver Moreira e Rocha, 1988).

METODOLOGIA

O ambiente utilizado para o desenvolvimento do trabalho foi uma sala ampla, com a coordenadora e os participantes do treinamento sentados em colchonetes dispostos no chão em forma de círculo. As instruções, apresentadas pela coordenadora na presença de todo o grupo, solicitavam que três voluntários se apresentassem para serem os narradores: N1, N2 e N3, segundo a ordem de apresentação. Cada narrador deveria contar três episódios (casos breves), referentes a qualquer etapa de sua história de vida, podendo cada episódio ser verdadeiro (ter ocorrido realmente) ou falso (ser inventado), a critério do narrador e sendo enfatizado que o objetivo era *enganar o grupo*, ou seja, não deixar transparecer quais os casos falsos e quais os verdadeiros. A ordem das narrativas foi deixada a critério dos participantes e um título (o nome do caso) deveria ser dado a cada episódio pelo narrador.

Os demais participantes do grupo foram instruídos para atuarem como juízes, com a tarefa de tentar descobrir se cada episódio narrado era falso ou verdadeiro. Cada juiz recebeu uma folha de apuração onde deveria ser anotado, ao final de cada narrativa, o nome do narrador, o título do episódio, o julgamento dado por ele ao caso (V ou F) e o porquê deste julgamento em poucas palavras.

Ao final das nove narrativas foi solicitado que os narradores revelassem a veracidade ou falsidade de cada um dos episódios narrados, sendo recolhidas as folhas de apuração. Procedeu-se então a uma discussão geral no grupo abordando os seguintes pontos: 1) como cada narrador resolveu a questão de optar por contar a verdade ou mentir e que estratégias usou para fazer a verdade parecer mentira e a mentira parecer verdade; 2) que estratégias os juízes usaram para discriminar entre a verdade e a mentira e quais os resultados obtidos em termos de erros e acertos.

Todo o procedimento descrito foi gravado em fita cassete e o conteúdo verbal das narrativas e das discussões foi utilizado para análise dos resultados, juntamente com as folhas de apuração.

Sujeitos

O procedimento foi aplicado em dois grupos, cada um deles constituído por treze participantes: três narradores e dez juizes.

Grupo A. O Grupo A foi constituído por professores universitários, alunos estagiários e funcionários de nível médio que prestavam serviços a uma instituição de educação popular sediada em Belém. Além da heterogeneidade de nível académico existente neste grupo, os sujeitos que o constituíram não haviam tido história anterior de convivência grupai, uma vez que o grupo foi reunido pela instituição com o objetivo específico de participar do treinamento onde o procedimento foi aplicado. Alguns sujeitos haviam tido contactos individuais não sistemáticos entre si.

Grupo B. O Grupo B foi constituído por uma turma de estudantes da segunda série do segundo grau de uma escola pública sediada em Marapanim, uma pequena cidade do interior do Pará. Os sujeitos que compunham este grupo possuíam uma longa história de relacionamento grupai dentro da escola e a convivência entre eles fora do ambiente escolar era antiga e muito freqüente, como é característico em cidades pequenas.

RESULTADOS GERAIS

A análise das fichas de apuração levou em conta os tipos de erros e acertos cometidos pelos juizes, sendo convencionados os seguintes termos: a) para os casos verdadeiros, marcar falso constituiu o erro tipo 1: **E1 V (F)** e marcar verdadeiro constituiu o acerto tipo 1: **A1: V (V)**; b) para os casos falsos, marcar verdadeiro constituiu o erro tipo 2: **E2: F (V)** e marcar falso constituiu o acerto tipo 2: **A2: F (F)**. Foram computados também os índices de erro geral: **EG**; e de acerto geral: **AG** (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Resultados gerais.

GRUPOS	A	B
CASOS V	6	6
CASOS F	3	3
% EG	55,6	27,8
% AG	44,4	72,2
% E1: V (F)	58,3	25,5
% A1: V (V)	41,7	75,5
% E2: F (V)	46,6	33,3
% A2: F (F)	53,3	66,7

Nos dois grupos foram contados seis casos verdadeiros e três casos falsos.

No Grupo A houve, no geral, mais erros que acertos. Para os casos verdadeiros (tipo 1) os erros superaram os acertos e para os casos falsos (tipo 2) ocorreu o contrário, indicando uma tendência maior por parte dos juizes a marcar, correta ou incorretamente, os casos como falsos.

No Grupo B os percentuais de acertos geral e específicos superaram os de erros.

Analisando os percentuais de erros e acertos cometidos pelos juízes em relação a cada narrador (ver Tabela 2) percebemos, em ambos os grupos, que o primeiro narrador a se apresentar como voluntário (NA1 e NB1) foi o que provocou maiores percentuais de erros.

O primeiro narrador do Grupo A (NA1) provocou altos percentuais de erros geral e específicos. Alguns comentários feitos pelos juízes durante a discussão final refletiram este fato:

- *Ele é matreiro que é danado!*
- *Quando eu achava que ele estava mentindo, tava falando a verdade, quando eu achava que ele tava falando a verdade ele tava mentindo. Foi tudo ao inverso.*

O primeiro narrador do Grupo B (NB1) provocou altos percentuais de erros apenas com relação ao caso verdadeiro, enquanto que para os casos falsos ocorreu o contrário: o percentual de acertos superou o de erros. Nas folhas de apuração alguns juízes justificaram ter marcado casos seus como falsos com frases do tipo:

- *Porque ele é um belo contador de mentiras.*
- *Eu acho que ele é mentiroso.*
- *Ele chuta muito.*

Também nos dois grupos, o narrador que se apresentou por último para ser voluntário (NA3 e NB3) contou apenas casos verdadeiros. Segundo os depoimentos feitos na discussão final isto fez parte da estratégia para enganar os juízes:

- *Al que fiquei pensando: Bom, agora como é que eu faço? Eu tenho que inventar uma mentirosa. Mas o pessoal vai ficar preocupado, qual que é verdadeira, qual que é mentirosa. (NA3)*
- *É, pelo que todo mundo me conhece, sou danado mesmo. Até eu reconheço isso. E eu, né, dizia a verdade, porque todo mundo pensa assim. (NB3)*

Mas estes narradores provocaram percentuais de acertos superiores aos de erros, principalmente o terceiro narrador do Grupo B (ver Tabela 2).

Tabela 2 - Resultados por narrador.

	GRUPO A			GRUPO B		
	NA1	NA2	NA3	NB1	NB2	NB3
CASOS V	2	1	3	1	2	3
CASOS F	1	2	0	2	1	0
%EG	76,7	40,0	43,3	53,3	16,7	13,3
%AG	23,3	60,0	56,7	46,7	83,3	86,7
%E1:V(F)	80,0	60,0	43,3	90,0	10,0	13,3
%A1:V(V)	20,0	40,0	56,7	10,0	90,0	86,7
%E2:F(V)	70,0	30,0	0	35,0	30,0	0
%A2:F(F)	30,0	70,0	0	65,0	70,0	0

As justificativas dadas pelos juizes nas folhas de apuração para marcar falso ou verdadeiro foram categorizadas como segue:

Plausibilidade do conteúdo (P): Justificativas que se referiam ao conteúdo do episódio narrado levando em conta sua probabilidade de ocorrência³, como por exemplo: "acontece normalmente"; "eu também fui enganada assim"⁴; "muito improvável"; "uma criança dificilmente domaria um cavalo bravo"⁵; "podia pelo menos sentir o cheiro"⁶.

Forma do relato (F): Justificativas que se referiam ao comportamento do narrador durante a narrativa ou à estrutura formal do relato, como por exemplo: "ele falou muito sério"; "ele ria quando contava"; "caso exposto com muita insegurança"; "contou sem cortes"; "floreou muito"; "presença de detalhes".

Referencial externo (R): Justificativas que se referiam a fatos ou circunstâncias exteriores ao episódio e à narrativa, como por exemplo: "porque eu sei um pouco sobre a vida dele"; "porque isso nunca aconteceu aqui"⁷; "eu acho que ele é mentira so"; "porque eles eram bom de bola"⁷.

Plausibilidade e forma (PF): Justificativas que combinavam a plausibilidade do conteúdo à forma do relato, como por exemplo: "muita tragédia para poucos detalhes"; "confusão de idéias, caso simples"; "muita dificuldade para poucos detalhes".

Forma e referencial externo (FR): Justificativas que combinavam a forma do relato ao referencial externo, como por exemplo: "cheio de detalhes mas contradiz com a segunda"⁸; "ele não tem cara de quem luta e usou muito sabe contador de estorinha"⁸.

Comentários (C): Comentários de cunho pessoal sobre o conteúdo do caso, expondo idéias ou valores sobre o assunto, como por exemplo: "o abandono eu não sou a favor"¹⁰; "isso eu acho que ela errou porque uma mãe não deve mentir para o filho"¹¹.

Tautologia (T): Assertivas que se limitavam a reafirmar a marcação feita para o episódio: "é verdade"; "porque a mentira existe"; "a mentira entrou no meio".

Nenhuma resposta (N): A coluna destinada ao porquê de marcar V ou F na folha de apuração não foi preenchida pelo juiz.

³ Buarque de Holanda define plausível como "razoável, aceitável, admissível" e probabilidade como "motivo ou indicio que deixa presumir a verdade ou a possibilidade de um fato; verossimilhança" (ver Ferreira, 1988 pp. 1333 e 1376). Berger e Zuckerman (1976) defendem que, em nível da vida cotidiana, é feita uma associação entre plausibilidade e probabilidade de ocorrência com base em observações sobre a frequência de ocorrência de um acontecimento no passado.

⁴ Ver resumo do caso CB8.

⁵ Ver resumo do caso CA9.

⁶ Ver resumo do caso CA7.

⁷ Ver resumo do caso CB6.

⁸ Ver resumos dos casos CA9 e CA6.

⁹ Ver resumo do caso CA5.

¹⁰ Ver resumo do caso CB5.

¹¹ Ver resumo do caso CB9.

As freqüências das categorias de justificativas dadas pelos juizes do Grupo A, considerando os tipos de erros e acertos estão na Tabela 3.

No Grupo A a **plausibilidade do conteúdo** foi a categoria de justificativas mais freqüente. Do total de noventa justificativas dadas (nove casos para dez juizes), trinta e seis disseram respeito à plausibilidade. Casos verídicos foram considerados implausíveis dezoito vezes (erro 1) e plausíveis apenas sete vezes (acerto 1). Casos falsos foram considerados plausíveis e implausíveis com a mesma freqüência (erro e acerto 2).

A segunda categoria de justificativas mais freqüente foi a **forma do relato**, com vinte e oito ocorrências distribuídas pelos erros e acertos dos dois tipos e na categoria **nenhuma resposta** aconteceram dezoito ocorrências.

As categorias **referencial externo**, **plausibilidade e forma** e **forma e referencial** tiveram freqüências baixas e nenhuma das justificativas dadas pelos juizes deste grupo caiu nas categorias **comentários e tautologia**

As freqüências das categorias de justificativas dadas pelos juizes do Grupo B, considerando cada tipo de erro e acerto, estão na Tabela 4.

Tabela 3 - Freqüências das categorias de justificativas dadas pelos juizes do Grupo A

TIPOS	CATEGORIAS								TOTAL
	P	F	R	PF	RF	C	T	N	
E1:V(F)	19	8	0	1	1	0	0	6	35
A1:V(V)	7	9	1	0	1	0	0	7	25
E2: F (V)	5	3	1	0	0	0	0	4	13
A2: F (F)	5	8	0	3	0	0	0	1	17
TOTAL	36	28	2	4	2	0	0	18	90

Tabela 4 - Freqüência das categoriais de justificativas dadas pelos juizes do Grupo B

TIPOS	CATEGORIAS								TOTAL
	P	F	R	PF	RF	C	T	N	
E1:V(F)	8	1	3	0	0	0	2	1	15
A1:V(V)	37	1	2	0	0	3	5	3	45
E2: F (V)	5	1	3	0	0	1	0	0	10
A2: F (F)	12	2	4	0	0	0	1	1	15
TOTAL	62	5	12	0	0	4	8	5	90

No Grupo B a **plausibilidade do conteúdo** foi uma categoria ainda mais expressiva que no Grupo A, não apenas no que diz respeito à frequência de ocorrências (sessenta e duas das noventa possibilidades), mas também com relação à pertinência de sua utilização. Casos verdadeiros foram considerados plausíveis trinta e sete vezes (acerto 1) e casos mentirosos foram considerados implausíveis doze vezes (acerto 2). Casos verdadeiros foram dados como implausíveis oito vezes (erro 1) e casos mentirosos como plausíveis cinco vezes (erro 2).

A segunda categoria de justificativas mais freqüente foi a de **referencial externo**, com doze ocorrências distribuídas pelos erros e acertos dos dois tipos.

As categorias **forma do relato e nenhuma resposta** foram superadas em freqüência pela categoria **tautologia**, aparecendo neste grupo algumas justificativas dentro da categoria **comentários**. As categorias **plausibilidade e forma e forma e referencial** tiveram freqüência zero.

RESULTADOS CASO POR CASO

Para a análise dos casos foi considerado o conteúdo semântico representativo do enredo da narrativa, elaborado através de resumos que incluíram a contextualização geográfica (cidade, estado ou país), a definição do local (por exemplo, "ônibus Sacramento-Nazaré") e a contextualização temporal presentes na narrativa original. Junto ao *resumo* de cada caso foi considerado também o *tamanho* da narrativa (número de palavras pronunciadas pelo narrador), a *estratégia* utilizada pelo narrador para enganar os juízes (segundo os depoimentos na discussão final) e as *ocorrências* durante a narrativa original, como interrupções ou comentários por parte do grupo ou do narrador.

Casos do Grupo A

No Grupo A a ordem das narrativas respeitou a ordem de apresentação dos voluntários em um sistema de rodízio, ou seja, o primeiro narrador (NA1) contou o primeiro caso (CA1), o segundo narrador (NA2) contou o segundo caso (CA2), o terceiro narrador (NA3) contou o terceiro caso (CA3), retornando ao primeiro narrador para o quarto caso (CA4), e assim sucessivamente. Para facilitar a análise os casos foram agrupados por narrador, mantendo-se a numeração original dos casos pela ordem das narrativas.

Casos de NA1:

CA1: Engano dentro do ônibus (caso falso)

Resumo. NA1 estava dentro de um ônibus, "eu acho que era Sacramento-Nazaré". Viu uma menina de costas. Pensou que era uma amiga sua. Deu-lhe um beijo no cangote. A menina se virou. Não era a amiga. NA1 desejou que aparecesse um abismo. Pediu desculpas. Saltou do ônibus. Pegou outro ônibus. Foi embora para casa "pê da vida".

Tamanho: 145 palavras.

Estratégia: "Coloquei detalhes de outros casos, de fatos comuns".

Ocorrências: Quando NA1 narrava o momento em que a menina se virou, um dos juízes comentou: "Pegou uma bolacha, no mínimo". NA1 respondeu: "Acho que não, não peguei" e tossiu em seguida.

CA4: Violência na infância (caso verdadeiro)

Resumo: Quando NA1 tinha "uns sete a oito anos", "no Maranhão", brincava "pira" em cima de uma "pitombeira". Um garoto o empurrou. NA1 caiu e "estrepou" a cara. NA1 ficou esperando o garoto no quintal com uma faca, "obcecado" para matá-lo, durante um mês. A família ia deixar comida para NA1 no quintal. O pai de NA1 avisou a família do garoto. O garoto passou a usar outro caminho. NA1 não percebeu. Desistiu de matar o garoto. Atualmente pensa em ir visitá-lo para conversar sobre o fato.

Tamanho: 273 palavras.

Estratégia: "Eu contei normalmente o caso (...) inclusive tem até a marca aqui do lado".

Ocorrências: Quando NA1 descreveu a queda apontou para o lado direito de seu rosto.

CA7: Aconteceu no Rio (caso verdadeiro)

Resumo: "No ano passado" NA1 viajou para "o Rio de Janeiro" sem fazer reserva em hotel. Resolveu dormir "de domingo para segunda-feira" na "rodoviária Novo Rio", sob as árvores, ao luar. Colocou agasalhos e jornais. Acordou "às seis horas da manhã". Sentiu a roupa úmida nas costas. Pensou que fosse o orvalho. Passou a mão e descobriu "placonas de bostas" em sua camisa. Tomou banho e trocou a roupa. Conseguiu voltar para Belém.

Tamanho: 227 palavras.

Estratégia: "Eu achava que as pessoas não iam acreditar no fato".

Ocorrências: Durante a narrativa NA1 esqueceu uma palavra e foi ajudado pelos juízes. NA1 disse: "Eu pensei que fosse a questão do, do, do..." Alguns juízes falaram: "Orvalho". NA1 prosseguiu: "É, o orvalho, né?" Ao final da narrativa a audiência se manifestou ruidosamente com gargalhadas e comentários sobre o caso. NA1 disse que o título era BOSTA NA COSTA. Os comentários e gargalhadas aumentaram. NA1 mudou o título para ACONTECEU NO RIO.

Casos de NA2:

CA2: Queda do abacateiro (caso falso)

Resumo: Quando NA2 tinha "uns quinze anos" caiu de um abacateiro. Quebrou a perna "no tornozelo". Foi para o hospital. Um grupo de pessoas da Assembléia de Deus foram visitá-lo e disseram que se ele não aceitasse Jesus Cristo sua perna não sararia nunca. NA2 quis expulsá-los do quarto mas não pôde levantar da cama.

Tamanho: 109 palavras.

Estratégia: "É um fato verdadeiro (...) que na realidade não aconteceu comigo".

Ocorrências: Não houve.

CA5: Pancada no estômago (caso verdadeiro)

Resumo: Um colega de NA2 "contava caso" sobre suas aulas de caratê "juvenil". NA2 insultou e provocou o colega "durante as aulas inteiras". O colega desafiou NA2 para se encontrarem depois da aula. O colega deu um golpe de caratê no estômago de NA2. Acabou a briga. No dia seguinte NA2 tentou conversar com o colega. O colega rompeu relações com NA2.

Tamanho: 168 palavras.

Estratégia: Não mencionou.

Ocorrências: Não houve.

CA8: Picada de cobra (caso falso)

Resumo: Quando NA2 tinha "uns doze anos", morava "na roça". Andava por um atalho "de seis quilômetros" com um grupo de seis crianças, para ir para a escola. Um dos garotos pisou numa cobra. A cobra picou o garoto. Não passava carro. As crianças pegaram outro atalho. Chegaram até a estrada. Fizeram parar um carro. O carro parou e viu que eram crianças. Levou o garoto para o hospital. O grupo se salvou.

Tamanho: 187 palavras.

Estratégia: "Eles iam achar que era tão inverdade, que no final das contas tinha que ser verdade, porque senão a gente não ia contar. Podia bolar um negócio mais caprichado".

Ocorrências: Antes de iniciar o relato NA2 disse: "Eu tô indeciso entre dois aqui. Mas os dois são verdadeiros. Então vai esse".

Casos de NA3:

CA3: A menina que queria ser freira (caso verdadeiro)

Resumo: Quando NA3 "tinha três filhos pequenos" contratou uma menina (Florença), indicada pelas freiras "não sei bem se era do Bom Pastor", para ajudá-la em casa. "Um dia" NA3 mandou Florença se arrumar para ir à feira com Antônio (marido de NA3). Florença foi tomar banho e demorou muito. Antônio apressou Florença. Florença veio correndo, molhada. Bateu com a cabeça na "quina" da prateleira. A lata de leite em pó caiu. Florença ficou coberta de leite em pó. Teve que tomar outro banho.

Tamanho: 380 palavras.

Estratégia: "Não me preocupei, contei o caso com toda naturalidade".

Ocorrências: Não houve.

CA6:O endereço perdido (caso verdadeiro)

Resumo: Quando NA3 tinha "não sei se era cinco ou sete anos", num verão do "período pós-guerra" na "Alemanha Oriental", estava coletando frutos com sua mãe na floresta. A mãe de NA3 falou que gostaria, mas não poderia ir ao aniversário de tia Clara. NA3 resolveu ir ao aniversário. A mãe de NA3 arranhou presentes. Colocou NA3 em um trem e recomendou-a a um senhor. A viagem foi acidentada. O trem chegou à noite. NA3 não conhecia mais a cidade "em ruínas" e descobriu que não tinha levado o endereço escrito. Procurou e perguntou até encontrar a casa dos tios. Os tios ficaram surpresos e contentes. NA3 descobriu que saber as coisas empiricamente nem sempre é suficiente.

Tamanho: 401 palavras.

Estratégia: "Fiquei procurando casos bem bizarros".

Ocorrências: Não houve.

CA9:O cavalo do vovô (caso verdadeiro)

Resumo: Quando NA3 "tinha dez anos", "no interior de Minas", seu avô tinha um cavalo (Bonito) que não se deixava montar. Deixava por sela. O avô contou que uma vez tentou montar e caiu. Um ano depois o pai de NA3 chegou da Alemanha e montou no cavalo. NA3 ficou impressionada. Um dia NA3 resolveu montar no cavalo para ir fazer compras. A mãe de NA3 segurou o cavalo. NA3 montou e mandou sua mãe bater no cavalo para ele andar. O cavalo resistiu, depois galopou. Parou na casa do primeiro vizinho e tentou entrar. NA3 não deixou. O cavalo passou por uma ponte estreita. Todo mundo se assustou. O cavalo tentou parar no segundo vizinho. NA3 saltou, amarrou o cavalo "num pé de café" e bateu nele com uma vara. NA3 e o cavalo seguiram caminho. Foram e voltaram com as compras.

Tamanho: 576 palavras.

Estratégia: "No jeitão (...) eu procurei me comportar como alguém que tá mentindo (...) ficar meio insegura, olhando assim... será que cola?"

Ocorrências: Não houve.

A Tabela 5 relaciona em colunas os resultados caso por caso obtidos no Grupo A: os narradores (NARRAD.); cada caso narrado (CASO) seguido de sua veracidade ou falsidade (F/V); o número de juízes que marcou o caso como falso (F) seguido da categoria de justificativas que concentrou maior número de ocorrências para marcações de falsidade (CATEG. F) e o número de juízes que marcou o caso como verdadeiro (V) seguido da categoria de justificativas que concentrou maior número de ocorrências para marcações de veracidade. Em alguns casos nenhuma das categorias obteve frequência superior às demais para justificar marcações de falsidade ou veracidade (na Tabela 4) correspondendo a uma dispersão das justificativas por diferentes categorias.

Tabela 5 - Resultados caso por caso no Grupo A

NARRAD.	CASO	F/V	(F)	CATEG. F	(V)	CATEG. V
NA1	CA1	F	3	F=2	7	P=3
	CA4	V	6	P=3	4	-
	CA7	V	10	P=7	0	-
NA2	CA2	F	6	P=3	4	-
	CA5	V	6	F=3	4	N=2
	CA8	F	8	F=5	2	-
NA3	CA3	V	2	-	8	F=4
	CA6	V	4	P=3	6	-
	CA9	V	7	P=5	3	-

NA1 foi o narrador que induziu mais erros de todos os tipos no Grupo A (ver também Tabela 2). Seu único caso falso (CA1) diferiu dos casos verdadeiros quanto ao tamanho e às contextualizações: o episódio falso foi menor em número de palavras que os verdadeiros. A contextualização geográfica foi implícita no caso falso e explícita nos verdadeiros e a definição do local foi feita com dúvida no caso falso e de modo preciso nos verdadeiros. No caso falso não foi mencionada a contextualização temporal e nos verdadeiros ela foi feita de modo impreciso quando o episódio era remoto (CA4) e de modo preciso quando o episódio era mais recente (CA7).

NA1 usou estratégias para enganar os juízes baseadas na **plausibilidade** dos episódios que narrou, exceto no CA4, onde negou ter usado qualquer estratégia. O caso falso CA1 (ver Tabela 5) foi marcado como (V) por sete juízes e a categoria de justificativas de veracidade mais freqüente foi a **plausibilidade do conteúdo**. Entre os três juízes que marcaram (F), dois se referiram à **forma do relato** usando a ocorrência "acho que não" (ver **casos de NA1**) para justificar as marcações de falsidade.

No caso verdadeiro CA4 seis juízes marcaram (F) e a categoria mais freqüente foi a de **plausibilidade**. Entre os quatro juízes que marcaram (V) não foi feita nenhuma referência à ocorrência das marcas no rosto do narrador.

O caso verdadeiro CA7 foi marcado como falso por todos os juízes e uma maioria expressiva justificou com **plausibilidade**. Reações muito significativas foram apresentadas pelos juízes no momento em que este caso foi revelado como verdadeiro pelo narrador, com gritarias, gargalhadas e vaias registradas em trinta segundos da gravação. Foram registrados comentários como: "Égua da mentira!"; "É, esse caso é mentira mesmo!"; "É muita conversa pra se acreditar!"; "Não sei se tem terceira opção".

Os episódios narrados por NA2 despertaram pouca credibilidade por parte dos juízes, revelada por uma tendência a marcar todos os seus casos como (F) (ver também a Tabela 2, nas entradas: %E1: V (F) e %A2: F (F)). Seus casos foram em ge-

ral mais curtos que os dos outros narradores deste grupo e não foram observadas diferenças entre os casos falsos e o verdadeiro quanto ao tamanho, à contextualização geográfica (não mencionada), à localização (imprecisa) e à contextualização temporal (imprecisa).

No caso falso CA2 a estratégia do narrador foi baseada na plausibilidade do episódio e seis juízes marcaram o caso como (F), sendo a **plausibilidade** a categoria mais freqüente.

Para o caso verdadeiro CA5 o narrador não mencionou o uso de estratégia e seis juízes marcaram (F), sendo a **forma do relato** a categoria mais freqüente.

No caso falso CA8 a estratégia usada pelo narrador foi uma espécie de plausibilidade contraditória ou invertida e oito juízes marcaram (F), sendo a maioria das justificativas baseadas na **forma do relato**.

NA3 foi a narradora que despertou maior credibilidade por parte dos juízes. Todos os seus casos foram verdadeiros e de tamanho muito maior que os demais casos deste grupo. Em todos a contextualização geográfica foi mencionada explicitamente e a localização foi definida, com extensas e detalhadas descrições do ambiente e das personagens envolvidas nos episódios. A contextualização temporal nos três casos foi imprecisa e acompanhada por expressões de dúvida.

No CA3 a narradora negou ter usado estratégia e oito juízes marcaram (V), sendo a **forma do relato** a categoria mais freqüente.

No CA6 a estratégia utilizada pela narradora baseou-se na **plausibilidade** e entre os seis juízes que marcaram (V) não houve uma categoria com freqüência maior que as demais, mas entre os quatro que marcaram (F) a maioria das justificativas foi baseada na **plausibilidade**.

O CA9 foi o único caso de NA3 que provocou mais erros que acertos. A estratégia da narradora baseou-se na forma de contar o episódio e os juízes que marcaram o caso como (F) basearam-se, com maior freqüência, na **plausibilidade**.

Casos do Grupo B

No Grupo B a ordem das narrativas respeitou a ordem de apresentação dos voluntários não obedecendo ao sistema de rodízio feito no Grupo A. Para facilitar a análise, os casos foram agrupados por narrador, mantendo-se a numeração original dos casos pela ordem em que foram feitas as narrativas.

Casos de NB1:

CB1: A viagem I (caso falso)

Resumo: NB1 resolveu fazer uma viagem "de Marapanim pra Belém". "Passando da Terra Alta um pouco" o pneu do ônibus furou. O motorista falou que precisava ir até Belém comprar um pneu novo para poder seguir viagem.

Tamanho: 68 palavras.

Estratégia: "Tava demais, essa eu entrei mesmo na mentira".

Ocorrências: Após o aviso do motorista NB1 deu o caso por concluído: "Este é o meu primeiro caso, tá bom?" os ouvintes continuaram em silêncio olhando para ele. NB1 emitiu um "Ahn?" e perguntou se podia contar logo o seu segundo caso.

CB2: A viagem II (caso verdadeiro)

Resumo: "Em julho de 1987" NB1 resolveu fazer uma viagem para fora do estado. Na "Belém-Brasília mais ou menos" o motorista matou um boi. Ao sentir o baque o motorista falou que "havia matado uma criança". Fez a curva e voltou. Viu que era um boi. Resolveu continuar a viagem deixando o boi morto na estrada.

Tamanho: 125 palavras.

Estratégia: "Contei normal, normal mesmo".

Ocorrências: Quando NB1 disse: "Nós resolvemos fazer uma viagem pra fora, certo?" Um dos juízes perguntou: "Fora de que?" NB1 respondeu: "Fora do estado".

CB6: Futebol (caso falso)

Resumo: No "mês passado" o time de NB1 estava disputando o campeonato de futebol de salão. O time estava perdendo de cinco a zero. Faltavam quatro minutos para terminar o jogo. NB1 chegou. A turma pediu que NB1 entrasse em campo e resolvesse "o caso". NB1 vestiu a camisa e fez seis gols. Terminou o jogo.

Tamanho: 145 palavras.

Estratégia: "Eu tenho um pouco de fama de que eu jogo bem futebol de salão (...) o pessoal pensa que dava pra eu fazer até mais em cinco minutos."

Ocorrências: Não houve.

Casos de NB2:

CB3: O meu primeiro beijo (caso verdadeiro)

Resumo: Quando NB2 tinha "uns quatorze anos mais ou menos" morava "em Belém, no bairro Cidade Nova". NB2 flertava com um coleguinha na frente de casa. NB2 não sabia beijar e por isso tinha medo de decepcionar a pessoa. De repente aconteceu "aquele beijo". NB2 correu pra casa pensando que tinha feito uma besteira. Ficou pensando. Quando voltou o colega não estava mais lá. NB2 gostou e ficou com vontade de repetir, mas não aconteceu mais.

Tamanho: 146 palavras.

Estratégia: "Contei naturalmente".

Ocorrências: Não houve.

CB4: Minha primeira menstruação (caso verdadeiro)

Resumo: "Na véspera dos meus quinze anos" NB2 estava dormindo "agoniada". "As sete horas da manhã" sentiu a urina presa. Foi ao banheiro. Quando foi puxar a descarga viu "um raio de sangue". Pensou que tinha se ferido. Ficou desesperada. Pensou que fosse menstruação. Perguntou para sua avó. A avó explicou e aconselhou.

Tamanho: 141 palavras.

Estratégia: "Contei naturalmente"

Ocorrências: Não houve.

CB7: Viagem marítima (caso falso)

Resumo: Quando NB2 "devia ter uns oito anos" fez um passeio de barco com sua família para "Tamaruteua, um lugar próximo daqui". No meio do mar uma outra lancha veio e encostou na lancha da família de NB2 "para conversar com o piloto". Um rapaz, amigo do pai de NB2, saltou da outra lancha para a lancha da família. A irmã de NB2 (nove anos) saltou da lancha da família para a outra lancha. O barco já ia saindo. NB2 disse não lembrar mais o que aconteceu, se a irmã "voltou ou a que horas voltou".

Tamanho: 183 palavras.

Estratégia: "Eu usei um pouco de verdade e um pouco de mentira".

Ocorrências: Não houve.

Casos de NB3:

CB5:O abandono (caso verdadeiro)

Resumo: O pai e a mãe de CB3 eram muito jovens. A mãe engravidou e CB3 nasceu. Quando CB3 tinha "um ano e sete meses" a mãe abandonou-o num quarto e foi embora. O pai pediu à avó paterna que criasse CB3 e à avó materna que criasse seu irmão mais novo. As duas avós brigaram para ficar com o mais velho (CB3). As duas crianças estavam muito maltratadas, sem alimentação adequada e com doenças de pele ("frieira, buqueira etc...") A avó falou para CB3 que ela só ficou com as crianças porque eram filhos do filho dela.

Tamanho: 335 palavras.

Estratégia: "Todo mundo pensa assim, que o Roberto é muito danado, não teve um passado desses de ser abandonado".

Ocorrências: Não houve.

CB8: Nascimento (caso verdadeiro)

Resumo: Quando NB3 "era criança" ficava imaginando por onde nascem os bebês. Perguntou para sua mãe e para pessoas mais adultas. Elas respondiam que vinha de avião ou peia cegonha. "Um dia" disseram a NB3 que os bebês nasciam "pela ova da mulher". NB3 falou com sua mãe. A mãe disse que era mentira. NB3 procurou num livro e leu. Falou com sua mãe. Perguntou porque ela não o deixava assistir um parto. A mãe respondeu que era muito feio. NB3 perguntou porque ela não contava para seus irmãos menores. A mãe respondeu que havia um momento certo para isso.

Tamanho: 323 palavras.

Estratégia: Não mencionou.

Ocorrências: Não houve.

CB9:O beijo (caso verdadeiro)

Resumo: CB3 perguntou para sua mãe se, no tempo dela, ela beijava o pai dele

na boca. A mãe respondeu que não havia "essa sem-vergonhice". CB3 perguntou para suas colegas se elas sabiam beijar, como é que era beijar. CB3 perguntou para sua mãe se ela não beijava o pai dele escondido, "na rede" quando iam dormir. CB3 foi espiar e viu os dois se beijando. Falou para sua mãe. A mãe respondeu que "quem não beija não sabe o gosto da vida".

Tamanho: 270 palavras.

Estratégia: "Será que ninguém tem coragem de perguntar pra sua mãe o que é o beijo?"

Ocorrências: Não houve.

A Tabela 6 relaciona em colunas os resultados caso por caso obtidos no Grupo B, seguindo as mesmas convenções que foram usadas na Tabela 5.

Tabela 6 - Resultados caso por caso no Grupo B

NARRAD.	CASO	V/F	(F)	CATEG.F	(V)	CATEG.V
NB1	CB1	F	5	P=4	5	P=4
	CB2	V	9	P=3	1	P=1
	CB6	F	8	P=R=3	2	R=2
NB2	CB3	V	1	P=1	9	P=8
	CB4	V	1	P=1	9	P=8
	CB7	F	7	P=5	3	-
NB3	CB5	V	1	P=1	9	P=5
	CB8	V	0	-	10	P=9
	CB9	V	3	P=2	7	P=6

NB1 foi o narrador que provocou menor credibilidade nos juízes no Grupo B. Seus casos foram curtos. A contextualização geográfica e a localização foram feitas de modo preciso, exceto para o CB6, onde ficaram implícitas. A contextualização temporal não foi mencionada no CB1 (falso) mas foi feita de modo direto e preciso nos outros dois casos.

No caso falso CB1 a estratégia usada por NB1 não foi claramente definida e um número igual de juízes marcou falso e verdadeiro. A frequência da categoria de justificativas mais utilizada, **plausibilidade**, foi mesma para marcar (V) e (F).

Para o caso verdadeiro CB2 o narrador negou ter usado estratégia e nove juízes marcaram (F), sendo a **plausibilidade** a categoria mais frequente. O único juiz que marcou (V) justificou a marcação também com a **plausibilidade**.

No caso falso CB6 a estratégia do narrador foi baseada no referencial externo e oito juízes marcaram (F), com frequências iguais de justificativas nas categorias **plausibilidade e referencial externo**. Os dois juízes que marcaram (V) justificaram com **referencial externo**.

NB2 provocou altos percentuais de acertos em todos os casos que narrou, tanto os verdadeiros como o falso. Seus três casos foram relativamente curtos, sendo o caso falso maior que os verdadeiros. Todos os casos tiveram contextualização geográfica explícita (exceto o CB4 onde ficou implícita) e localização precisa. A contextualização temporal foi precisa apenas no CB4 e imprecisa nos outros dois casos.

Nos dois casos verdadeiros, CB3 e CB4, a narradora negou ter usado estratégia e, em ambos, nove juízes marcaram (V), com significativa maioria de justificativas baseadas na **plausibilidade**. O único juiz que marcou os dois casos como (F) justificou também com **plausibilidade**.

No caso falso CB7 a estratégia da narradora baseou-se na mistura de elementos verdadeiros e mentirosos constituindo uma espécie de **plausibilidade incompleta**. Sete juízes marcaram o caso como (F), com a maioria das justificativas na categoria **plausibilidade**.

NB3 narrou três casos verdadeiros e provocou altos índices de acerto (ver também Tabela 2). Seus casos foram os mais longos deste grupo, com a utilização de "monólogos" em determinadas passagens das narrativas, como por exemplo no CB5 para descrever a situação da gravidez da mãe:

"Na certa viria o Roberto! Na certa viria o Roberto! Será que o Roberto era planejado? Será que o Rober, o Roberto ia acabar com o obstáculo da família, que tinha do meu pai ser tão novo e a minha mãe também? Acabaram tendo Roberto".

Ou ainda no CB9, questionando-se sobre o beijo:

"Eu acho que eu não sei beijar. Será que a gente abre muito a boca quando vai beijar? Será que a gente põe um palmo de língua pra fora? Como é que é beijar? Será que tem gosto algum beijar?"

Nos três casos a contextualização geográfica ficou implícita e não houve definição da localização. A contextualização temporal do episódio mais remoto (CB5) foi precisa e dos casos mais recentes foi imprecisa.

No CB5 a estratégia do narrador baseou-se no referencial externo e nove juízes marcaram (V), sendo a maioria das justificativas baseadas na **plausibilidade**. O único juiz que marcou (F) também se baseou na **plausibilidade**.

No CB8 o narrador não mencionou o uso de estratégia e todos os juízes marcaram (V), com expressiva maioria da categoria **plausibilidade**.

No CB9 não ficou clara a estratégia utilizada pelo narrador e sete juízes marcaram (V) com a maioria das justificativas baseadas na **plausibilidade**. Dos três juízes que marcaram (F), dois basearam suas justificativas na **plausibilidade**.

DISCUSSÃO

A opção de realizar pesquisas em *ambiente natural* acarreta sempre um certo grau de dificuldade no controle de variáveis. No caso de um estudo sobre as bases de julgamento utilizadas para detectar mentiras, a primeira dificuldade que se apresenta é a impossibilidade de isolar os canais de observação à disposição dos juízes. Diversas pistas ocorrem simultaneamente e, para tentar descobrir quais delas estão sendo privilegiadas para observação, a única base disponível é o depoimento dos próprios juízes.

Os estudos que abordam a confiabilidade do relato verbal enquanto dado científico têm levantado questões cujo caráter polêmico e relevante sugere cautela na utilização de relatos para definir a causalidade dos eventos privados, o que demandaria a necessidade de definição do próprio conceito de causalidade. No caso desta pesquisa os *porquês* dos juízes para marcar falso ou verdadeiro foram tratados como *justificativas*, que podem indicar apenas as bases de julgamento socialmente aceitas para conferir veracidade ou falsidade aos episódios narrados, sem a pretensão de atribuir-lhes causalidade.

Do ponto de vista das narrativas, a impossibilidade de verificação empírica de seu conteúdo faz levantar a questão da confiabilidade do depoimento dos narradores ao revelar os episódios como verdades ou mentiras, como ocorreu por parte dos juízes do Grupo A no caso CA7. Além da possibilidade de fraude deliberada, presente em qualquer pesquisa que envolva relatos verbais, muitas outras questões poderiam ser discutidas em torno dos próprios conceitos de verdade e mentira. Assumir para efeito de análise o ponto de vista do narrador, não eliminou certamente este tipo de questionamento.

A utilização de situações grupais acarretou dificuldades adicionais, por multiplicar não apenas o número das pistas disponíveis para observação dos juízes, mas também as variáveis interferindo na situação. O tempo para preparar e memorizar a linha de discurso variou, tornando-se progressivamente maior de caso para caso, e é inegável que houve interferência de cada narrativa sobre as seguintes em termos do conteúdo temático, do modo de narrar ou das reações que provocavam na audiência e que podiam ser observadas pelos narradores.

Por outro lado, o procedimento utilizado teve a vantagem de minimizar consideravelmente os riscos envolvidos na descoberta da mentira, pelo aspecto lúdico presente na situação. O comportamento de mentir tinha um caráter legitimado, autorizado e duplamente voluntário: Os sujeitos se apresentavam voluntariamente para "enganar o grupo" e, a cada narrativa, escolhiam entre mentir ou falar a verdade. A prontidão da apresentação dos primeiros voluntários (NA1 e NB1) e a opção dos últimos voluntários (NA3 e NB3) por contar apenas episódios verídicos parece confirmar a questão levantada por Ekman (1985; 1988) sobre a autoconfiança na capacidade de enganar os outros como a característica básica que diferencia os mentirosos bem e malsucedidos.

A escolha dos grupos para aplicação do procedimento orientou-se pelo interesse em explorar a questão do conhecimento anterior, apontada por Ekman (1985; 1988) como uma variável importante, em função das diferenças individuais observadas nos estudos em laboratório. As situações escolhidas propiciaram esta exploração de modo relativamente satisfatório, embora trazendo implicações adicionais, relativas às diferenças na homogeneidade (de nível acadêmico, de faixa etária, de experiências de vida e de contexto sócio-cultural) entre os dois grupos.

Os resultados gerais encontrados indicaram que a convivência anterior e a homogeneidade do Grupo B permitiram aos juízes detectar com maior precisão quando os narradores efetivamente mentiam, exceto no que diz respeito a NB1. A reputação de mentiroso, explicitamente atribuída a este narrador, deu margem a erros de julgamento (desacreditar na verdade) motivados por preconceitos bem estabelecidos.

No Grupo A, ao contrário, o escasso conhecimento prévio entre os participantes e sua heterogeneidade geraram uma tendência maior dos juízes a marcar os casos como falsos, fazendo pressupor que a desconfiança foi uma significativa fonte de erros. Os resultados gerais deste grupo fazem ressaltar ainda mais os resultados provocados por NA1, principalmente os erros referentes a acreditar na mentira, que podem ser atribuídos a uma competência real do narrador para enganar a platéia.

As categorias utilizadas para análise das justificativas dos juízes foram estabelecidas principalmente a partir do material empírico, encontrando respaldo na literatura disponível. O canal semântico foi preferencialmente utilizado segundo as justificativas de ambos os grupos. A **plausibilidade do conteúdo** foi a categoria mais freqüente, principalmente para o grupo B, onde seu uso foi mais relacionado a acertos. A convivência anterior e a homogeneidade das experiências de vida encontradas neste grupo parecem ter tido o efeito de tornar o mundo mais *previsível*, permitindo que o próprio comportamento servisse como parâmetro de avaliação.

A segunda categoria mais freqüente diferiu para os dois grupos. O conhecimento anterior permitiu, para o Grupo B, que se lançasse mão do **referencial externo**, enquanto no Grupo A os juízes recorreram ao comportamento presente dos narradores (**forma do relato**), ou mesmo a justificativas que combinavam diferentes categorias, como por exemplo **forma e referencial externo**: "cheio de detalhes, mas contradiz com a segunda".

As diferenças entre os grupos se refletiram nos resultados não apenas na questão dos erros, acertos e justificativas apresentadas pelos juízes, mas também nos tamanhos dos casos, em seus conteúdos temáticos, nos estilos de narração e nas estratégias utilizadas pelos narradores.

A opção pelas narrativas de episódios como conteúdo da mentira não encontrou respaldo na literatura disponível. Os parâmetros que foram tentados para sistematizar os relatos dos episódios foram estabelecidos unicamente a partir do material fornecido pelas verbalizações dos sujeitos e sua confiabilidade como instrumento de análise precisaria ser explorada através da realização de pesquisas adicionais.

Alguns parâmetros tentados inicialmente foram abandonados por não terem permitido estabelecer nenhuma forma de relação com os resultados obtidos (presença e quantidade de diálogos e de termos visualizadores, quantidade e caracterização de personagens e identidade do protagonista). Os parâmetros mantidos foram aqueles considerados necessários para a sistematização ou os que poderiam ajudar a indicar pistas a serem seguidas em trabalhos posteriores, uma vez que o estudo de narrativas sob o ponto da sua credibilidade constitui uma área de estudo ainda aberta e este tipo de exploração inicial.

REFERÊNCIAS

- Benjamin, W. (1977). *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. (3. ed.) São Paulo: Brasiliense.
- Berger, P., & Luckman, T. (1976). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Donzelot, J. (1980). *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal.

- Engelmann, A. (1985). Comportamento verbal e relato verbal. *Psicologia*, 11(1), 1-6.
- Ekman, P. (1985). *Telling lies: Clues to deceit in marketplace, politics and marriage*. New York: W.W. Norton & Company.
- Ekman, P. (1988). Lying and nonverbal behavior: Theoretical issues and new findings. *Journal Nonverbal Behavior*, 12(3), 163-176.
- Ericsson, K. A., & Simon, H. A. (1980). Verbal reports as data. *Psychological Review*, 87(3), 215-251.
- Ferreira, A. B. de H. (1980). *Médio dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Foucault, M. (1979). A verdade e as formas jurídicas. *Cadernos Puc* (Série Letras e Artes), 06/74.
- Fritzen, S. J. (1985). *Exercícios práticos de dinâmica de grupo*. (7. ed.) Petrópolis: Vozes.
- Landaburu, J. (1976). El tratamiento gramatical de la verdade en la lengua andoque. *Revista Colombiana de Antropologia*, V. XX, Bogotá.
- Marcuschi, L. A. (1988). Leitura e compreensão de um texto falado e escrito como ato individual de uma prática social. Em: R. Zilberman, & E. T. Silva (Orgs) *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. (Série Fundamentos, 42) pp. 38-58. São Paulo: Ática.
- Moreira, A. S., & Rocha, R. B. (1988). Extensão universitária: implantação do N.A.P. e uma tentativa de viabilização do vínculo teoria-prática no ensino de graduação. *Revista Psicologia e Sociedade*, III(5), 155-177.
- Nisbett, R. E., & Wilson, T. D. (1977). Telling more we can know: Verbal reports on mental processes. *Psychological Review*, S5(4), 355-362.
- Olson, D. R. (1977). From utterance to text: the bias of language in speech and writing. *Harvard Educational Review*, 47(3), 257-281.
- Queiroz, M. I. P. (1988). Relatos orais: do dizível ao indizível. Em O. M. von Simson (Org.). *Experimentos com história da vida* (pp. 14-43). São Paulo: Vértice.
- Scholles, R., & Kellogg, R. (1977). *A natureza da narrativa*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Simão, L. M. (1988). *Interação verbal e construção do conhecimento*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Smith, E. R., & Miller, F. D. (1978). Limits on perception of negative processes: Reply to Nisbett and Wilson. *Psychological Review*, 85(4), 355-262.
- Soares, M.B. (1988). As condições sociais da leitura: Uma reflexão em contraponto. Em R. Zilberman & E. T. Silva (Orgs). *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. (Série Fundamentos, 42) São Paulo: Atica.
- Streeter, L. A. Krauss, R. M. Geller, V. Olson, C, & Apple W. (1977). Pitch changes during attempted deception. *Journal of Personality and Social Psychology*, 35(5), 345-350.

- Tunes, E. (1981). *Identificação da natureza e origem das dificuldades de alunos de pós-graduação para formularem problemas de pesquisa, através de seus relatos orais*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Tunes, E. (1984). Considerações a respeito dos relatos verbais como dados. *Psicologia*, 70(1), 1-10.
- Zilberman, R., & Silva, E. T. (1988). *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. (Série Fundamentos, 42) São Paulo: Ática.
- Zuckerman, M., DeFranck, R. S., Hall, J. A., Larrance, D. T., & Rosenthal (1979). Facial and vocal cues of deception and honesty. *Journal of Experimental Social Psychology*, 15, 378-396.
- White, P. (1988). Knowing more about what we tell: "Introspective access" and causal report accuracy 10 years later. *British Journal of Psychology*, 79, 13-45.

Recebido em 21.01.91.

Aceito em 27.03.92